

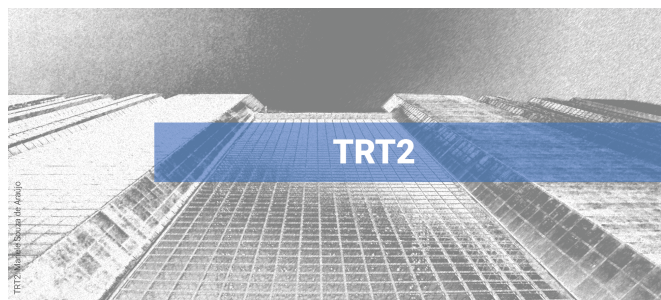
INFORMATIVO TRT2

Notícias e jurisprudência



N. 2

Fevereiro de 2022



Supervisora de operações é preterida em cargo de gerência por não possuir “corpo legal”. [Proc. 1000454-27.2021.5.02.0363](#)

Auxiliar de limpeza de supermercado que curtiu comentário desfavorável à empresa em rede social tem justa causa revertida. [Proc. 1000170-05.2021.5.02.0303](#)

Mantida rescisão indireta de teleatendente que era impedida por supervisor de ir ao banheiro. [Proc. 1001831-42.2019.5.02.0318](#)

Integrante de grupo familiar é mantida no polo passivo da demanda por fazer parte do núcleo da prestação do serviço doméstico. [Proc. 1000033-79.2021.5.02.0446](#)

Autorizado o prosseguimento da penhora de veículo de cônjuge que não comprovou o regime de comunhão de bens adotado com o sócio devedor. [Proc. 1000301-30.2021.5.02.0351](#)

Uso de celular em fins de semana por industriário não caracteriza sobreaviso. [Proc. RR-375-08.2015.5.05.0132](#)

Escriturária dispensada por lavar carro no trabalho tem justa causa revertida. [Proc. Ag-AIRR-11130-16.2018.5.18.0006](#)

Mantida rejeição de recurso protocolado à 0h do dia seguinte ao fim do prazo. [Proc. RR-463-21.2017.5.21.0006](#)



Empresa consegue gratuidade de justiça ao comprovar prejuízos de R\$ 1,7 bilhão. [Proc. ROT-57.11-12.2021.5.15.0000](#)

Ação de revisão de complementação de aposentadoria tem prescrição afastada. Proc. RRAg-20190-76.2019.5.04.0811

Demora em ajuizar ação não impede reconhecimento de rescisão indireta por assédio moral. Proc. RR-2068-55.2014.5.09.0001

Banco obtém redução de indenização a empregado por crise de pânico em viagens em monomotor. Proc. RR-1515-30.2017.5.08.0001

TST reitera competência da Justiça do Trabalho em ações sobre políticas públicas contra trabalho infantil. Proc. E-RR-44-21.2013.5.06.0018 e E-RR-24325-63.2014.5.24.0096

e-clipping Órgãos de interesse

STF

STF reafirma constitucionalidade de contribuição social sobre saldo do FGTS.

Entidades sindicais pedem nulidade de portaria que reduz afastamento de trabalhadores com covid-19.

Supremo rejeita teto remuneratório único para auditores fiscais.

CJF

CJF libera o pagamento de RPVs a mais de 114 mil beneficiários.

CNJ

STJ

STJ suspende greve dos peritos médicos do INSS e sugere mediação para solucionar o conflito.

Imóvel único adquirido no curso da execução pode ser considerado bem de família impenhorável.

É lícita a exigência de processo seletivo público para ingresso em cooperativa de trabalho médico.

Prescrição na cobrança de honorários não é renovada com ajuizamento da ação pelos herdeiros do advogado.

MPT

Prodesan é condenada por promoções ilegais.

MPT tem legitimidade para defender trabalhadores expostos a substâncias nocivas no ambiente de trabalho.

Trabalho e previdência

Norma Regulamentadora sobre Segurança e Saúde em Plataformas de Petróleo é revisada.

Portaria estabelece regras complementares à implementação do PPP em meio eletrônico.

Portaria muda regras para realização da prova de vida de aposentados e pensionistas do INSS.

Projeto amplia chances de inclusão de pessoas negras na advocacia.

CNJ firma acordo para conter judicialização no Seguro DPVAT.

Concurso premia decisões judiciais e acórdãos emblemáticos em direitos humanos.

Trabalho escravo: balanço de 2021 do MPT em São Paulo aponta aumento de mais de 100% no número de denúncias.

Audiências trabalhistas no MPT em São Paulo aumentaram em 30% em 2021.

Novas regras infralegais da aprendizagem profissional entram em vigor.

Ministério não autuará empregadores pelo não envio de informações de Saúde e Segurança no Trabalho ao eSocial.

Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Edifício Sede - Rua da Consolação n. 1272
CEP 01302-906 - São Paulo - SP
Tel: (11) 3150-2359

Elaborado pela Secretaria de Gestão Jurisprudencial, Normativa e Documental



Basis TRT2

Revista do Tribunal